

O ORDENAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA COOPERAÇÃO TERRITORIAL

Faro 9 de Julho – Auditório da CCDR Algarve

Falar da Cooperação Territorial Europeia é, naturalmente, falar da construção da Europa no que ela tem de mais interessante e importante: interagir conjunta, articulada e conjugadamente com ‘o outro’ para obter mais e melhor desenvolvimento, partilhando conhecimentos e estratégias de acção, diminuindo resistências de carácter cultural ou histórico e criando um novo patamar de confiança, entendimento e progresso, finalidade última desta Europa que, com momentos de forte progresso e alguns de menor intensidade, estamos a construir.

Numa palavra, a Cooperação Territorial Europeia constitui um dos objectivos centrais da política de coesão europeia que se manifesta na concessão de apreciáveis fundos financeiros e importantes esforços políticos consagrados à cooperação em três vertentes: a cooperação transfronteiriça, dedicada ao desenvolvimento de actividades económicas, sociais e ambientais através de estratégias conjuntas nos territórios de fronteira, a cooperação transnacional, vocacionada para a promoção da integração territorial em grandes grupos de regiões, visando alcançar um desenvolvimento sustentável, harmonioso e equilibrado, e a cooperação inter-regional com a principal missão da promoção da eficiência da política regional através da cooperação, da criação de redes e da troca de experiências entre entidades regionais e locais, em todo o espaço da União Europeia.

A governação destas facetas da cooperação está naturalmente indexada à existência de espaços definidos e respectivos programas, mapeados em função das grandes linhas estruturantes das principais estratégias europeias, como o são os Programas de Cooperação Transfronteiriça, os Programas de Cooperação Transnacionais do Sudoeste Europeu e do Espaço Atlântico ou as estruturas de Cooperação Inter-regional criadas para a abordagem de assuntos transversais às regiões da Europa, como o INTERREG IVC, fundamentalmente vocacionado para a inovação e economia do conhecimento e para o ambiente e a prevenção de riscos, o ESPON, orientado para assuntos do ordenamento do território e do seu desenvolvimento coeso e sustentado, o INTERACT dedicado às questões da boa governação dos programas de cooperação territorial, ou o URBACT, dirigido para a promoção de intercâmbios entre cidades sobre o tema do desenvolvimento urbano integrado.

Complementarmente às estruturas formais de governação dos fundos estruturais dedicados à cooperação territorial, surgiram inúmeras organizações associativas que, sob diferentes designações e formas de organização procuram intervir em nome e em função das necessidades e interesses das estruturas, na sua maioria de nível regional, que lhes estão na origem, dando-lhes uma nova e mais profunda dimensão, intervindo ao nível da tomada de decisão pelas instâncias europeias, agindo como estruturas de lóbi e promovendo acções concretas, estudos, encontros e toda uma série de actividades ao

O ORDENAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA COOPERAÇÃO TERRITORIAL

Faro 9 de Julho – Auditório da CCDR Algarve

serviço dos interesses dos agentes que põem em efectiva marcha a cooperação territorial.

Refiro-me às grandes estruturas associativas constituídas para pôr em destaque os problemas particulares de determinados espaços territoriais ou interesses sectoriais, procurar resolver problemas, oferecer soluções, ultrapassar obstáculos ou, com o seu conhecimento específico, criar oportunidades, promover tarefas e executar projectos e formular e coordenar assuntos de interesse comum.

Estão nestas circunstâncias instituições como:

- **Associação das Regiões de Fronteira da Europa - ARFE**, das mais antigas associações, fundada em 1971, que congrega mais de 90 regiões, eurorregiões e cidades de fronteira;
- **Assembleia das Regiões da Europa - ARE**, criada em 1985, com mais de duas centenas de regiões e autoridades regionais de toda a Europa, de que também são membros 16 organizações geográficas interregionais, como, por exemplo, a ARFE, ou o AECT Galiza-Norte de Portugal;
 - A **ARE** inclui ainda na sua estrutura organizações de natureza sectorial, por si promovidas ou que beneficiam deste estatuto de associação, transversal a importantes conjuntos de regiões, como é o caso da **Associação das Regiões Vitivinícolas da Europa – AREV**;
- **Conferência das Regiões Periféricas Marítimas – CRPM**, que, naturalmente, se encarrega dos assuntos do mar que banha as costas de diversos espaços geográficos determinados e com características específicas que exigem tratamento adequado na resolução dos seus próprios problemas e uma especial atenção às suas capacidades e potencialidades. Assim, a CRPM está organizada em seis comissões geográficas: **Arco Atlântico**, Balcãs e Mar Negro, Ilhas, **Intermediterrânica**, Mar Báltico e MAR do Norte;
- **Rede Europeia para um Turismo Competitivo e sustentável – NECSTour**, das mais recentes redes regionais de tipo sectorial, criada em 2007 em Florença para promover o delicado, mas imprescindível, equilíbrio entre a importante actividade económica que o turismo representa hoje para a Europa e a preservação do património natural e ambiental através de medidas de política regional integradas e coerentes.

O Alentejo constitui, no quadro da Cooperação Territorial, um espaço geográfico privilegiado, uma encruzilhada de culturas que razões históricas e de organização do território permitiram acentuar e que hoje são uma importante mais valia para o

O ORDENAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA COOPERAÇÃO TERRITORIAL

Faro 9 de Julho – Auditório da CCDR Algarve

aproveitamento do potencial de cooperação que, nas suas diferentes vertentes, os Programas de apoio à consolidação europeia permitem e que se têm procurado aproveitar de forma construtiva, inteligente e sustentada ao longo dos sucessivos períodos de programação.

Concomitantemente, o Alentejo não podia deixar de participar activamente em grande parte das organizações atrás mencionadas, como condição para a sua própria afirmação enquanto região europeia de pleno direito, mas sobretudo para poder participar nos areópagos internacionais que abordam questões da máxima importância regional, como o são as actividades transfronteiriças, abordados e implicados na ARFE, os problemas genéricos da Europa das Regiões, através da participação na ARE e na Associação sectorial para o sector do vinho que o Alentejo propôs, impôs e liderou durante anos, a AREV, ou a nossa pertença à CRPM, designadamente à Comissão do Arco Atlântico e à Comissão Intermediterrânica em que temos ocupado postos de liderança, ou ainda na Rede Necstour em que o Alentejo tem desenvolvido um importante papel, participando na respectiva comissão executiva.

Analisemos, porém, em pormenor, estas participações:

ARFE – Associação das Regiões Fronteiriças da Europa

O Alentejo é membro efectivo desde 2007, pertencendo ao respectivo Comité Executivo, tendo acolhido uma reunião deste mesmo Comité em Maio de 2010, em Évora. A ARFE é um organismo de relevância política e técnica de incontornável projecção, sendo as suas actividades de lóbi, aconselhamento e participação técnica, as suas task force temáticas e os seus help desk um importante recurso que o Alentejo tem utilizado e de que tem beneficiado.

A título de exemplo, a CCDR Alentejo participou num importante projecto/estudo europeu, designado ULYSSES de que resultou a constituição de um *Guia Prático Para A Elaboração De Estratégias Transfronteiriças Para O Desenvolvimento Territorial*, estruturado em torno das estratégias que o ESPON preconiza para esta tipo de acções de Ordenamento do Território.

Entre muitos outros exemplos da sua actividade de divulgação, grupos de trabalho específicos, participação em decisões do Comité das Regiões e de outras instituições Europeias de topo em que as regiões de fronteira são ouvidas através da sua associação, a acção da ARFE tem-se expandido, a solicitação da Comissão Europeia, para a disseminação de boas práticas de cooperação Transfronteiriça em espaços europeus, designadamente nos Estados em pré-adesão, mas muito especialmente entre Estados da América Latina, tendo a

O ORDENAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA COOPERAÇÃO TERRITORIAL

Faro 9 de Julho – Auditório da CCDR Algarve

CCDR Alentejo sido palco privilegiado pela ARFE para acolhimento de delegações que se deslocam à Península para *in loco* avaliarem estruturas e projectos de cooperação transfronteiriça, promovendo, assim, importantes formas de cooperação e eventuais contactos posteriores de importância social e económica.

Desde 2002, a ARFE, através da Eurorregião Dollart, entre a Alemanha e a Holanda, promove o *'Sail of Papenburg' Cross-Border Award*, um prémio que prestigia a região que desenvolve projectos transfronteiriços sob uma temática anualmente definida pela organização e que no corrente ano tem por tema **Áreas de integração urbano-rural – desafios e oportunidades transfronteiriças**. Para os interessados em se candidatarem, poderão fazê-lo até 20 de Setembro.

AREV - Assembleia das Regiões Vitícolas da Europa

A CCDR Alentejo acompanhou desde a sua criação, em 1994, todos os trabalhos da Agenda Técnica e Política desta Associação Europeia dedicada aos assuntos da vinha e do vinho na Europa.

Assuntos como a OGM vinhos, que regula a utilização de Organismo Geneticamente modificados nos encepamentos europeus, e a OCM Vinhos, que trata dos assuntos relacionados com o comércio internacional dos vinhos são temas que esta Associação acompanha e sobre os quais emite informações e alertas aos seus membros, procurando funcionar como uma estrutura de lóbi junto da Comissão Europeia e Parlamento Europeu.

Um assunto que recentemente foi acolhido de acordo com os esforços desenvolvidos pela AREV, que procurou o apoio dos governos dos Estados Membros para a causa, foi o da liberalização do plantio da vinha, que a ser aceite pela Comissão Europeia, viria trazer mais problemas aos que já existem quanto à sobre produção europeia. Fica assim consagrado por mais alguns anos que o plantio de vinha nas regiões vitícolas europeias continuarão a ser alvo de autorizações prévias das autoridades respectivas e não ficam dependentes do livre arbítrio de quem queira plantar. O direito de Plantação necessita de autorização prévia.

A CCDR Alentejo acolheu, em Setembro de 1995, a primeira reunião do Conselho Internacional da AREV, que, entre outros assuntos de importante relevância, tratou de fixar a orgânica institucional da Assembleia de Regiões Vitícolas Europeias, aprovando os seus estatutos e o dos organismos técnicos

O ORDENAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA COOPERAÇÃO TERRITORIAL

Faro 9 de Julho – Auditório da CCDR Algarve

que iriam ter uma acção relevante na execução das actividades futuras que viria a desenvolver em prol da vinha e do vinho europeus.

Nesta reunião o então Presidente da CCR, Dr. Carmelo Aires, foi proposto para a presidência do Conselho Europeu das Rotas do Vinho, e para integrar a Comissão de Turismo, que havia sido criado no Conselho Internacional de Logroño, em Fevereiro de 1995.

O segundo fórum, em 1998, acolheu a VIª Sessão Plenária, que contou com a participação de 43 delegações das regiões europeias, e trouxe a debate, entre outros assuntos, as posições a adoptar pela Assembleia de Regiões Vitícolas Europeias, sobre a Organização do Comércio Mundial do vinho e sobre as Denominações de Origem Controlada, que hoje são valores seguros na defesa da qualidade dos vinhos europeus.

Mais recentemente, Évora acolheu, em Junho de 2009, a XVIIª Sessão Plenária, cujos trabalhos procuram reforçar o papel institucional da Assembleia de Regiões Vitícolas Europeias junto das instituições europeias, exortando a que se continuasse a propor as decisões mais ajustadas para a defesa, promoção e valorização dos vinhos e das vinhas europeias como um produto de referência da nossa Cultura, e para que a vitivinicultura continue a ser um elemento nobre da política regional, dado que, a partir dela, pode promover-se o turismo, a cultura, o ambiente, o património e actividades económicas conexas, de que são exemplos entre outros, a Gastronomia e o Enoturismo.

Razões de carácter financeiro, mas também de colaboração com o sector, levaram à suspensão da participação da CCDR Alentejo no decurso do corrente ano.

ARE - Assembleia das Regiões s da Europa

Como vimos, a ARE assume um importante papel agregador e de defesa dos interesses gerais das regiões membros distribuído por inúmeros grupos de trabalho e task forces dedicadas aos mais importantes assuntos regionais e sectoriais. As actividades mais relevantes em que o Alentejo se envolveu directamente referem-se ao acolhimentos de quadros superiores dos governos de países em integração europeia, no sentido de lhes facultar as nossas experiências na gestão dos quadros Comunitários. Estes estágios de natureza técnica e política, foram enquadrados no programa CENTÚRIO.

Neste âmbito, recebemos delegações da Roménia e da Hungria. Foram igualmente respondidas várias solicitações pedindo informação sobre a nossa

O ORDENAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA COOPERAÇÃO TERRITORIAL

Faro 9 de Julho – Auditório da CCDR Algarve

experiência de integração europeia, assim como desenvolvidas várias iniciativas de promoção regional no seio da União Europeia, cuja importância política e de disseminação social e cultural assumem relevância para a região no contexto dos membros visados.

Interrompida a relação institucional em 2004/2005, pretendemos retomar a participação da CCDR Alentejo assim que as condições financeiras o permitam, assumindo entretanto, um estatuto de observador.

CRPM - Conferência das Regiões Periféricas Marítimas

A CCDR integra, além desta Associação principal, duas Comissões Geográficas, como vimos: a Comissão do Arco Atlântico, CAA e a Comissão Intermediterrânica, a CIM.

A CRPM tem, ela própria, atribuições específicas que se materializam na existência de Grupos de Trabalho temático, cujos resultados acompanhamos em pormenor, pela sua permanente actualidade e pela validade dos seus resultados, nomeadamente sobre aqueles que mais directamente interessam à nossa visão e interesses regionais, de que salientamos os das Redes Transeuropeias de Transportes, RTE-T, cooperações externas, a Gestão Integrada das Zonas Costeiras e a Planificação Espacial Marítima (GIZC / PSM) e a Política de Coesão.

Seguimos com particular interesse os assuntos das Redes Transeuropeias de Transporte, dada a sua importância para o transporte ferroviário, e os interesses regionais presentes em Sines.

No âmbito da CAA, de que integramos o respectivo Bureau Político, participamos neste momento no Grupo de Trabalho Cultura e Turismo Atlântico, em coordenação com a CCDR Norte, e acompanhamos os trabalhos desenvolvidos pela Presidência da CAA, no âmbito da Estratégia Atlântica para a Europa, em articulação com a Estratégia Nacional para o MAR, coordenada pela DGPM.

Na CIM, apesar de termos desenvolvido uma postura de participação activa, nomeadamente aquando do lançamento da União Parlamentar do Mediterrâneo (UPM) e na estratégia de criação da Macro Região para o mediterrâneo, participando em diversas reuniões quer dos grupos de Trabalho quer no Bureau Político, que chegámos a reunir em Évora, em Fevereiro de 2009, a situação actual tem recomendado alguma contenção na participação dessas reuniões, muito embora continuemos a acompanhar os trabalhos que estão a ser desenvolvidos no seu seio, e a responder ao que nos é solicitado pelos serviços de secretariado da Comissão.

O ORDENAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA COOPERAÇÃO TERRITORIAL

Faro 9 de Julho – Auditório da CCDR Algarve

Refira-se em especial a última tomada de posição relativamente à proposta de resolução dos trabalhos da sua última Assembleia Geral de Barcelona, na qual foi proposta, para ultrapassar o impasse em torno de uma Macro Região para o Mediterrâneo, a criação de uma macroregião assente numa construção de geometria variável, de modo a poder ser lançado algo de concreto que possa servir de catalizador para os países que não integrem de princípio esta Macro região, um pouco à semelhança da própria União Europeia, que previu mecanismos de alargamento.

Pelo exposto, pesem embora as limitações que sempre se verificam, mesmo em tempos de maior disponibilidade de recursos, a CCDR Alentejo considera que o balanço de participação é amplamente positivo face ao que se recolhe de informação, formação e contributos específicos nas mais diversas matérias em que nos movimentamos e um importante contributo para a permanente actualização de informação, o contacto com grupos e projectos específicos sempre com vista no interesse regional.

Aliás, para se poder coordenar, é preciso estar informado.

CCDRA/DCI

Julho 2013